

Inteligência artificial, um desafio para a ‘Corporate Governance’

 jornaleconomico.sapo.pt/noticias/inteligencia-artificial-um-desafio-para-a-corporate-governance/

28 de março de 2024

A disputa que ocorreu na empresa OpenAI, criadora do ChatGPT, é uma boa ilustração de como a *corporate governance* é importante para ajudar uma empresa a mitigar possíveis contradições entre objetivos de curto e longo prazo.

No seu website, a OpenAI, afirma que tem como missão assegurar que a Inteligência Artificial Geral, sistemas de inteligência artificial com capacidade de autoaprendizagem, é benéfica para a humanidade. Esta missão passa claramente por uma preocupação com a gestão de riscos de forma a evitar desenvolvimentos que sejam nocivos para a sociedade e irreversíveis.

Por outro lado, e de forma a acelerar o desenvolvimento da tecnologia, as necessidades de capital incentivam à procura de capital privado. No caso da OpenAI, a Microsoft investiu numa subsidiária que prevê a distribuição de parte dos lucros. Quando investiu, a Microsoft antecipou poder utilizar alguma da tecnologia desenvolvida no apuramento das funções do Office. E este objetivo era claramente de mais curto prazo do que o que está implícito na missão da OpenAI.

Era antecipável que o apetite da Microsoft em colocar novas funcionalidades no mercado de forma célere, pudesse contradizer a missão da OpenAI, a rapidez na comercialização sacrificando o aprofundamento da aferição dos riscos implícitos para a sociedade.

A forma como o Board da OpenAI foi estabelecido permitiria a este conselho, constituído por administradores independentes, alguns com experiência no sector da tecnologia, e outros, académicos em áreas relacionadas com ética, interromper o desenvolvimento de novas tecnologias ou mesmo despedir o CEO. A minha interpretação para a justificação dada para o despedimento do CEO foi a de que este não lhes estava a transmitir a informação de forma que pudessem avaliar os riscos inerentes a estes novos produtos.

O que se seguiu, mostrou a fraqueza do desenho da *governance*, em que os investidores não estavam representados em decisões finais com fortes implicações para o retorno do seu investimento.

Outra empresa do sector, a Anthropic, desenhou a sua *governance* de forma a tentar conciliar melhor o objetivo de contribuir para o bem da humanidade e o motivo de lucro, essencial para mobilizar acionistas privados. Construiu uma estrutura de governo com cinco membros independentes, atribuindo-lhe uma autoridade crescente ao longo do tempo para

selecionar e remover uma parte dos membros do Conselho de Administração. Sem envolvimento no dia a dia da empresa, primordialmente interessado nos efeitos colaterais da tecnologia, riscos catastróficos e questões de segurança nacional.

Os membros selecionados para esta estrutura reunirão experiência e conhecimento em riscos tecnológicos, segurança nacional, políticas públicas e empreendedorismo social. O Conselho continua a prestar contas aos acionistas, mas também a esta estrutura, de uma forma evolutiva e que se pretende equilibrada.

A procura em envolver capital privado no desenvolvimento dos sistemas de Inteligência Artificial apresenta um desafio para a *corporate governance* atual e está a gerar a necessidade de se inovar em termos de estruturas de governo das empresas.